

Brasil paga juros em 88 se obtiver empréstimos

08079 0 29 DEZ 1987 Ainda Est

SÃO LUIZ — O Governo vai enviar telex à comunidade financeira internacional com informações sobre as medidas que estão sendo adotadas em função do acordo recentemente firmado com os credores da dívida externa brasileira. A medida foi aprovada ontem pelo Presidente Sarney em encontro que manteve na Ilha de Curupu com o Ministro interno da Fazenda, Mailson Nóbrega.

— O Presidente está muito preocupado com as negociações sobre a dívida externa. Nós repassamos todos os passos que foram dados na última negociação. A orientação do Presidente é no sentido de que as negociações sigam seu curso normal, dentro do que ele já havia acertado com o Ministro Bresser, o que não impedirá modificações que se façam necessárias.

Segundo Mailson, “o Brasil se comprometeu a manter em dia o pagamento dos juros em 1988, a partir da liberação do empréstimo negociado com os bancos.”

O Ministro disse que o acordo com os bancos envolve um empréstimo ponte de US\$ 3 bilhões dos bancos credores. O Brasil, ao mesmo tempo, desembolsará US\$ 1,5 bilhão, garan-

tindo assim os US\$ 4,5 bilhões necessários à cobertura dos juros em atraso desde a decretação da moratória, em fevereiro. Na primeira etapa deste de acordo de curto prazo, o Governo brasileiro pagará US\$ 500 milhões (provavelmente quinta-feira). Na parcela que lhe cabe, os bancos credores liberarão US\$ 1 bilhão do total do empréstimo ponte. O desembolso de US\$ 1 bilhão, que restará do compromisso assumido pelo Brasil, e dos US\$ 2 bilhões que restarão do compromisso assumido pelos bancos, estão condicionados à conclusão de um acordo de médio prazo com os credores, abrangendo o período de 1987 a 1989.

— Nós analisamos todos os detalhes relacionados com a dívida externa. Foi uma reunião demorada, em que examinamos cada uma das propostas que o Brasil está fazendo aos credores. Deixamos alguns itens para reflexão do Presidente e deveremos fazer uma nova reunião na próxima semana — disse Mailson.

O Ministro disse que quando voltar a Brasília, o Presidente receberá representantes do Ministério da Fazenda e do Banco Central para uma decisão final sobre alguns detalhes relacionados com esse assunto.

Acrescentou que “o Brasil só atualizará seus pagamentos aos bancos internacionais após receber o empréstimo negociado.”

— Nós estamos reivindicando um financiamento de 60% dos juros vencidos. O Brasil quer se manter na comunidade internacional, quer cumprir seus compromissos, mas não tem condições de arcar sozinho com o pagamento dos juros. Queremos um acordo duradouro, que incorpore prazos longos para o pagamento — afirmou Mailson da Nóbrega.

Sobre a possibilidade do Brasil se beneficiar do deságio dos títulos da dívida brasileira no exterior, Mailson disse que a questão não está incluída nos entendimentos que estão sendo mantidos.

Outro ponto importante para o Ministro é a criação de salvaguardas para as amortizações:

— O Brasil não quer limitar o pagamento dos juros, mas também não pode arcar com variações bruscas como a de aumentos repentinos dos preços do petróleo ou das taxas de juros. Não queremos impor nenhum limite, mas não podemos pagar por variáveis que estão fora de nosso controle.